Cira Arqueologia

N.º 6

Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

Cira Arqueologia

N.º 6

Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

Revista Cira Arqueologia n.º 6

O Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira - CEAX, tem vindo a pautar desde a sua criação por uma dinâmica singular, que nos apraz. Essa dinâmica, plasma-se em diversos cenários que não só os costumeiros palcos das poeirentas escavações. Não que estes tenham algo de mal em si, mas importa sublinhar que para além dos imperiosos trabalhos de campo quer em contexto de obras de renovação e a reabilitação do tecido urbano do município Vilafranquense, quer de projetos de investigação, nunca foi descurado o papel da ciência arqueológica e da Museologia quer no estudo e publicações quer na realização de exposições e ações de divulgação junto dos públicos do Museu Municipal.

O Museu assume assim a sua função, não só de colector passivo de objectos a organizar em tipologias e a arrumar nas prateleiras, mas como agente social, pautando e interagindo com a comunidade. Entendemos assim, o património como recurso singular para a inclusão social e económica das comunidades perante um caminho de desenvolvimento sustentável. Um excelente exemplo desta atuação é o sítio de Monte dos Castelinhos, e suas ruinas romanas de cuja existência e relevância histórica e patrimonial a população tem vindo a assumir e interiorizar com orgulho como suas.

A edição do sexto volume da Revista CIRA Arqueologia é um momento de contentamento, pois vem uma vez mais sublinhar o papel da centralidade do território de Vila Franca de Xira, no quadro do Vale do Tejo e da península de Lisboa. Com os seus onze artigos e mais de duzentas páginas de produção de conhecimento, confirmam a aposta do Município nesta publicação e é a prova que também em meio autárquico é possível trabalhar em prol da ciência.

A VEREADORA DA CULTURA

MANUELA RALHA

Museu Municipal de Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel.: 263 280 350

museumunicipalvfxira@cm-vfxira.pt
www.museumunicipalvfxira.pt
www.cm-vfxira.pt

Cira Arqueologia

N.º 6

Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

O sítio do Cemitério dos Prazeres (Lisboa): um assentamento romano no espaço rural de Olisipo

RODRIGO BANHA DA SILVA CAL-CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA-DPC/CML. FCSH-UNL E CHAM-NOVA

RESUMO

No sítio do actual Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, se descobriu em 1996, e de maneira fortuita, a pré-existência no local de um sítio romano. Apresentam-se agora os escassos dados inéditos relativos ao arqueossítio com o CNS 37436.

Relaciona-se, no texto, o sítio de Prazeres com as restantes ocupações do baixo vale da Ribeira da Alcântara, que incluem um eixo viário regional romano importante e a possível existência de um *locus* sagrado conectado com a deusa *Nabia*.

A panóplia de materiais inclui elementos que cobrem um espectro cronológico entre o séc. II a.C., pelo mais, e o séc. IV-V d.C., pelo menos, e incluem materiais de construção (olaria de construção e mosaico) que atestam a capacidade aquisitiva da comunidade.

O local levanta problemáticas pertinentes acerca da antiguidade relativa dos assentamentos rurais dos *agri olisiponenses* e da forma como esta assume expressão material arqueológica, aspectos essenciais para a construção de uma leitura da dinâmica de ocupação do espaço rural nas etapas iniciais da Época Romana que está, todavia, longe de suficientemente esclarecida.

ABSTRACT

The data and finds collected in a hazardous find of a new Roman site in Prazeres cemetery (Lisbon- national code site 37436) are presented.

The author relates Prazeres settlement to others already known in the lower valley of Alcântara, and to an important regional roman road and a probable nearby sacred *locus* dedicated to the Pre-Roman goddess *Nabia*.

The material set found includes pottery dated between 2nd c. B.C., for the most, and 4th-5th c. A.D., for the least, and includes *lateres, imbrices, tegulae* and black and white mosaic loose elements. These data confirms the settlement acquisition capacity.

On the other hand, albeit scarce, Prazeres Roman site data raises significant issues on the antiquity of Roman occupation of rural space in the region, and on its archaeological visibility and material expressions known so far: those are two key-points for the construction of our readings on the dynamics of rural occupation in the earliest stages of Roman Period which, by the way, are far from clarified.

1. Introdução

Em Maio de 1996, de forma ocasional, foi detectada uma ocupação de época romana no espaço do actual do Cemitério dos Prazeres (Lisboa). O sítio, desconhecido até então, corresponde a uma área profundamente urbanizada desde a instalação do espaço cemiterial, na década de ′30 do século XIX, o que justificará o seu desconhecimento até à actualidade.

A ocasião que provocou o achado dos elementos de cronologia romana correspondeu a uma visita do foro privado pelo signatário, num momento que coincidiu com a remoção de sepulturas de campa rasa num estreito talhão entre as ruas 2 e 2A do cemitério, um espaço confinado por jazigos em todo o seu redor. A visita, ocorrida decerto pouco após a acção intrusiva, permitiu vislumbrar a presença de elementos cerâmicos nas terras removidas, três dias depois reutilizadas para recobrir o coval aberto, não permitindo deste modo a elaboração de registos gráficos. No entretanto, foi possível observar parcialmente um troço da estratigrafia, de limitado significado, mas suficiente para confirmar a origem local dos materiais romanos.

Para além do aspecto anedótico da circunstância do achado, a que se seguiram outras visitas e um mais aturado reconhecimento do entorno (sempre muito condicionado pelos intensos uso e transfomação actual do espaço), interessa ressalvar o carácter furtuito a que equivale a detecção de sítios desta natureza em espaço de há muito urbanizado, principal justificação para o desconhecimento actual sobre os povoamentos mais antigos da área do município de Lisboa.

2. Localização

O morro dos Prazeres integra a linha de festos que, pelo oriente, delimita a bacia de inundação da Ribeira de Alcântara, o mais extenso sistema hídrico do território lisboeta, que abrange também parte do vizinho concelho da Amadora.

A encosta meridional do morro dos Prazeres mostra uma pendente suave, sendo do lado oriental do Vale de Alcântara, ou dos Terramotos, a única que apresenta esta característica, dado que aquela contígua para sul, a das Necessidades, é bem mais acentuada, e as que se desenvolvem para norte mostram-se de limite abrupto, com cornija calcária jurássica exposta até à zona de Campolide.

O local do assentamento é, portanto, aquele que mostra maiores aptidões para o padrão locativo de uma unidade de exploração rural romana, de acordo com os preceitos dos tratadistas da Antiguidade Clássica.

Figura 1
Localização do sítio romano de Prazeres no ortofotomapa da cidade de Lisboa.

O ponto onde se verificaram os achados localiza-se administrativamente na freguesia da Estrela do concelho de Lisboa, correspondendo-lhe o CNS 37436.

3. Enquadramento arqueológico

Em 1982, quando decorriam ainda os trabalhos arqueológicos na Casa dos Bicos, Clementino Amaro deslocou-se com a equipa que ali actuava consigo[1] para salvaguardar sepulturas de inumação de cronologia médio-baixo imperial romana na Tapada da Ajuda (AMARO, 1985: pág. 85; CARDOSO, AMARO e BATALHA, 2017), em local fronteiro aos Prazeres, do lado oposto no Vale de Alcântara.

Já Possidónio da Silva havia em 1879 exumado no local uma cista pétrea contendo no seu interior um esqueleto colocado em decúbito dorsal (SILVA, 1879: Est. XXXI). A recolha no interior desta sepultura de uma ponta de seta em sílex, único elemento interpretado como integrando o «mobiliário funerário», valeu-lhe a atribuição cronológica à Idade do Bronze, e assim se expôs no antigo Museu da Cidade até data bem recente.

Recentemente, João Pimenta e o signatário apresentaram estes e outros dados novos sobre as ocupações antigas na Tapada da Ajuda ulteriores à Idade do Bronze Final em comunicação oral intitulada "Tapada da Ajuda (Lisboa): revisão crítica das cronologias e significado de um sítio arqueológico do território olisiponense" no «*IV Colóquio "Nova Lisboa Medieval" - Os territórios de Lisboa* (Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa – 19/11/2015). Nela se interpretou a sepultura que Possidónio da Silva escavou na encosta meridional do morro do «Alto da Casa Branca» como correspondente a uma prática da Antiguidade Tardia/Alta Idade Média, dado que a forma de deposição tem bons paralelos regionais nas práticas rituais daquele período (ENCARNAÇÃO e DUARTE, 1999; MEIRA, 2015), devendo a presença do elemento lítico (citado antes) resultar da remobilização resultante da escavação do solo, onde se atesta a bem conhecida e intensa ocupação dos finais da Idade do Bronze (CARDOSO *et. al.*, 1986; CARDOSO, 1995, 2011, 2015; CARDOSO e SILVA, 2004).

Por fim, Clementino Amaro com Guilherme Cardoso e Luísa Batalha publicaram parte dos mesmos materiais revistos em 2015. Os autores "rebaptizaram" a necrópole escavada em 1982 como "do Alto da Casa Branca", fazendo equivaler a um mesmo espaço funerário a sepultura identificada em 1879 e as escavadas em 1982 (CARDOSO, AMARO e BATALHA, 2017): na realidade, a leitura do texto de Possidónio (que aliás citam- Idem: pág. 36) não autoriza a equivalência, tratando-se de locais distintos embora próximos (distantes cerca de 300 m), de forma plausível atribuíveis a arcos cronológicos diferenciados, como publicamente defendemos em 2015.

Merece de igual modo menção o achado fortuito num prédio da Calçada da Ajuda, em data incerta das décadas de 1970 ou inícios da seguinte, de uma cabeça de estátua romana representando uma figura varonil, em mármore branco (ou lióz?). Seguramente datável do séc. IV d.C., foi entretanto publicada pela sua detentora, Maria da Conceição Rodrigues (1994).

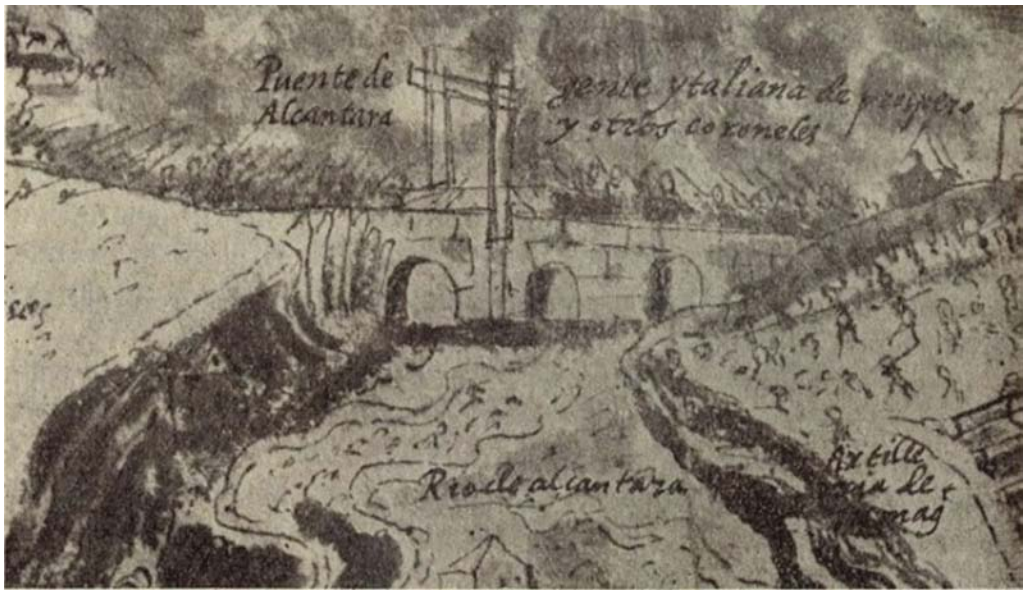
Ora, o espaço do Vale de Alcântara era atravessado pela principal via terrestre que comunicava com os espaços ocidentais da Península de Lisboa das áreas de Oeiras, Cascais e sul da Serra de Sintra, densamente povoados ao longo da Época Romana (CARDOSO, 2002). Um dos principais elementos deste itinerário terrestre era, justamente, a ponte de Alcântara, cuja

1 Equipa que integrava, entre outros, Luís Oesterbeck, Jorge Raposo, Ana Luísa Duarte. Os desenhos de campo devem-se a António Carlos Silva (cf. AMARO, 1985: pág. 85).

remota origem romana é altamente provável, considerando o próprio topónimo que remete para a sua existência já no período medieval muçulmano. Construída em alvenaria, possuía ainda em 1582, aquando da batalha de Alcântara, 6 arcos, como surge representada em 1662, e os registos de 1727 apontam-lhe 90 metros de comprimento e uma largura de 6,20 metros (SILVA, 1942). Seria depois desmantelada em 1887. Figs. 2-4

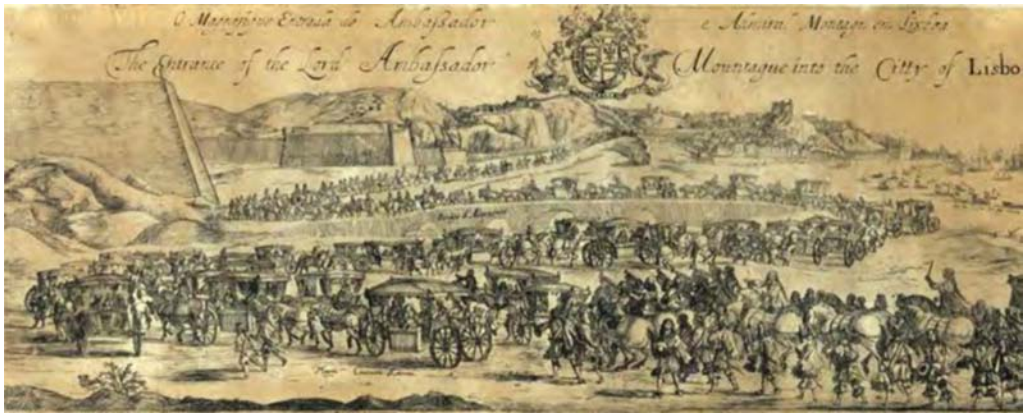
Remontando ao século XIV, a Porta de Santa Catarina da muralha fernandina de Lisboa, genericamente localizável na zona do Chiado lisboeta (Largo das Duas Igrejas), dava acesso ao trajecto desta estrada, então nomeada «*caminho da Horta Navia*». Este topónimo aparece em documentação manuscrita medieval já desde o séc. XIII (reinados de Afonso II ou III), sob a forma latina «*Hortus Navia*» (SILVA, 1942: pág. 75), aspecto que já havia chamado a atenção de Leite de Vasconcelos, que supôs a existência na zona da antiga foz da Ribeira de Alcântara de um santuário de origem pré-romana dedicado a *Nabia*, divindade aquática de cariz profilático (REIS 2017: pág. 256; VASCONCELOS 1988 [1905]: pp. 278-279).

Na esteira daquele erudito português, Vieira da Silva (SILVA, 1942) e, mais tarde, José d´Encarnação (ENCARNAÇÃO, 1975) e José Cardim Ribeiro (RIBEIRO, 1982-83: pp. 6-8), iriam defender a probabilidade da existência de um espaço sagrado devotado à Deusa *Nabia/Navia* nas imediações, possivelmente associado à ocorrência de águas na encosta meridional e ocidental dos Prazeres: ali se encontra ainda hoje o remanescente da «Fonte Santa», local alvo de especial devoção popular documentada desde o séc. XVII, depois transformado num cha-



2

Figura 2
Detalhe de desenho de 1582 representando a passagem da ponte de Alcântara das tropas do Duque de Alba, após a victória em 1580 sobre as forças de D. António, Prior do Crato (Biblioteca Nacional de Lisboa, seg. SILVA, 1942: pág.74, fig.2).



3

Figura 3
Desenho representando a passagem da ponte de Alcântara pelo embaixador britânico aquando da partida de Catarina de Bragança, em 1662 (Arquivo Municipal de Lisboa).

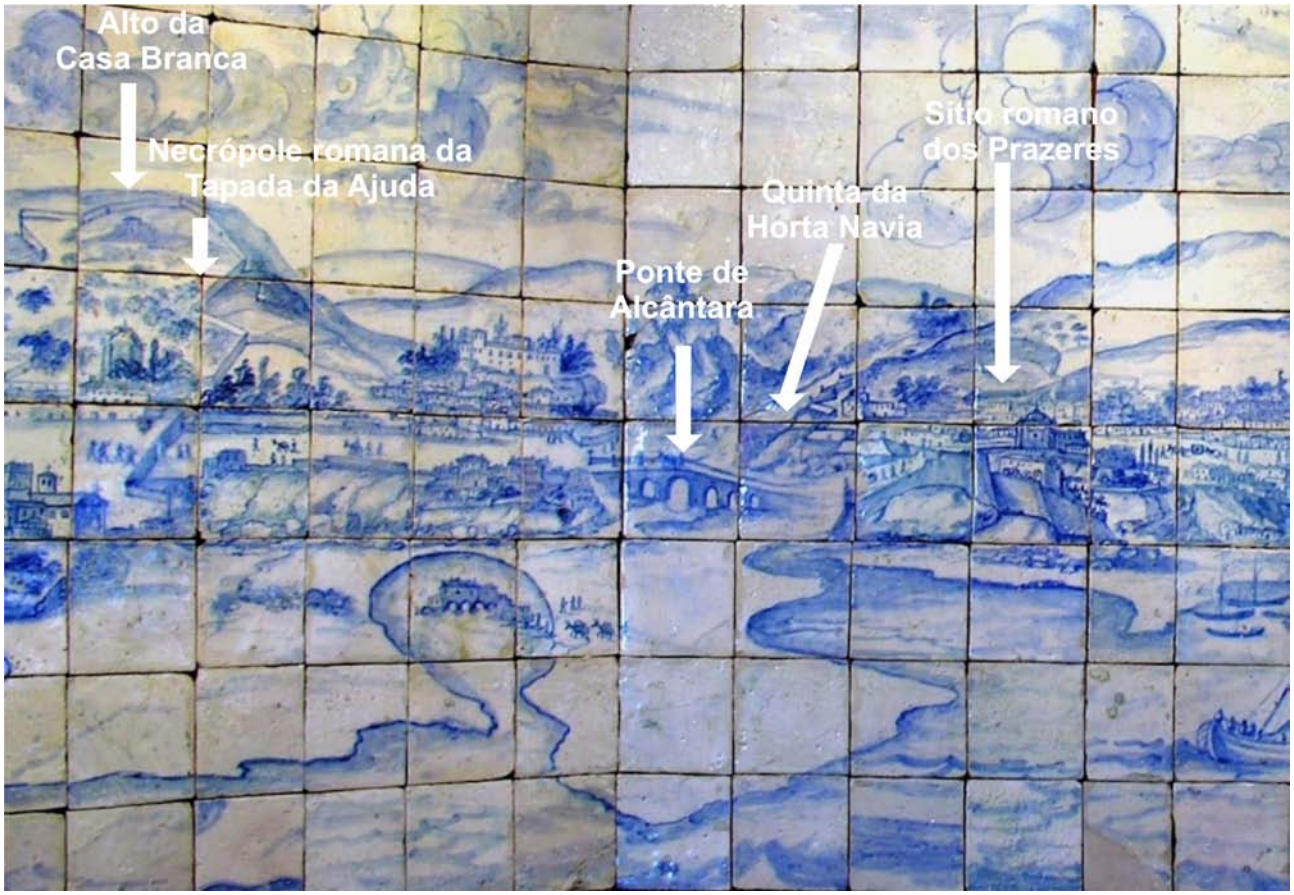


Figura 4
Detalhe da panorâmica de Lisboa de Gabriel Del Barco, c. 1700, com indicação dos sítios romanos conhecidos e da ponte de Alcântara (Museu Nacional do Azulejo e da Cerâmica).

fariz na centúria de oitocentos (Figura 5). A estrutura hidráulica ainda hoje subsiste, discreta e com lastimável enquadramento, na actual Rua de Possidónio da Silva, artéria degradada que leva o nome de um dos principais arqueólogos portugueses do séc. XIX.

O sugestivo topónimo de *Horta Navia* era aplicado a uma vasta parcela de terreno no sopé do pequeno vale encaixado entre a vertente norte das Necessidades e a encosta sul do morro dos Prazeres (este, onde se detectou a ocupação romana), em local hoje sobreposto pelas instalações ferroviárias da gare de Alcântara-Terra.

Dois factores geográficos terão polarizado a ocupação do espaço na zona, em Época Romana. Em primeiro lugar, a via romana que de *Olisipo* conduzia aos seus *agri* mais ocidentais, que terá exercido o seu poder de atracção, como sugerem as ocorrências arqueológicas dos Prazeres, Calçada e Tapada da Ajuda. Por outro lado, deverá notar-se a elevada riqueza e diversidade dos recursos naturais disponíveis, agrícolas, marinhos, silvícolas e, recorde-se, também extractivos.

Entre os primeiros incluem-se os produtivos solos basálticos da zona da Ajuda, explorados até à actualidade no espaço do Instituto Português de Agronomia para o cultivo de cereal e, na vertente oposta, os terrenos calcários do planalto de Campo de Ourique, para os quais se atesta o plantio de olival até à urbanização ocorrida já no séc. XX. Os terrenos da bacia de Alcântara, por seu turno, facultavam o cultivo de pomar e hortícolas, de relevância no abastecimento da cidade até à centúria de oitocentos.

Os recursos extractivos estavam acessíveis nas bancadas calcárias que bordejam o vale, intensamente utilizadas no reinado de D. João V para a edificação do Aqueduto das Águas Livres. Contudo, do aproveitamento da pedra em período romano não dispomos de qual-

Figura 5
Aspecto do Chafariz da Fonte Santa, na primeira metade do séc.XX (Arquivo Municipal de Lisboa) e na actualidade.

quer evidência sólida conhecida, directa ou indirecta, nem sequer para o fabrico de cal, para o qual o material denota reconhecida aptidão comprovada pela documentação portuguesa pelo menos até à primeira metade do séc. XIX.

Os recursos marinhos, cuja utilização pelas comunidades do povoado da Tapada da Ajuda na Idade do Bronze Final está bem atestada, estão também comprovados na área da necrópole romana da Tapada, devendo assinalar-se no sítio romano dos Prazeres a ocorrência de raros elementos malacológicos. A zona assumiu actividade marítima e piscatória notória e relevante em Época Moderna. Neste sentido, a importância militar da zona de Alcântara-Necessidades durante os séculos XVIII e XIX, incluiu a componente naval, e decerto modificou a configuração geral da paisagem. A possibilidade de a antiga Baía de Alcântara ter assumido papel portuário em torno da mudança da Era não é de descartar, como não o é a sua eventual conexão com a produção de preparados piscícolas, à semelhança da verificada noutros sítios análogos das margens do Tejo. Esta última permanece no momento, porém, aqui indemonstrada por qualquer forma.

4. Elementos de caracterização do sítio

Os dados disponíveis para o sítio de Prazeres respeitam, sobretudo, ao conjunto de evidências objectuais e de elementos construtivos identificados no local, sendo extremamente limitados aqueles respeitantes à área de dispersão de vestígios e estratigrafia presente no subsolo.

Começando por esta última, a abertura das sepulturas de campa rasa que motivaram a detecção do sítio em 1996 permitiu um registo declaradamente muito lacunar de uma sequência composta por:

1 – Depósito de matriz areno-argilosa de coloração acastanhada escura, medianamente solta, homogénea, contendo inclusões frequentes de lascas de calcário e pequenos seixos de morfologia irregular de pequena dimensão quartzíticos.

Completam as inclusões nódulos de cal, ferragens em liga de cobre, fragmentos de chumbo, esquírolas de osso, madeira em decomposição, restos de vasos de flores (cerâmicos e vítreos), resultantes da utilização contemporânea do espaço, mas também pequenos fragmentos de *imbrices* e *lateres* e, em menor quantidade, cerâmica comum e fina romana, *tesselae* em basalto e calcário branco e dois fragmentos de placas de revestimento lisas, em lióz rosado, elementos cuja cronologia romana imperial é insegura.

O conjunto das características deste depósito permitem supor resultar de um contributo original de acções de terreplenagens para acondicionamento do local e da sua utilização funerária continuada ao longo do séc. XX.

2 – Depósito de coloração esverdeada-acastanhada, essencialmente argiloso, compacto, não muito homogéneo, com inclusões calcárias muito erodidas e elementos quartzíticos de muito pequena dimensão, alguns dos quais muito eolizados, contendo alguns fragmentos de *imbrex*, rara cerâmica comum romana e dois elementos de ataúde contemporâneo.

Depósito sedimentologicamente bastante distinto do anterior, os elementos arqueológicos nele inclusos permitem interpretá-lo como resultante da afectação da unidade à qual se sobrepõe.

3 – Depósito apenas aflorado, de composição argilosa, coloração esverdeada, compacto, muito homogéneo, apresentando raras inclusões correspondentes a um fragmento de *tegula* (Fig.7, 43), alguns restos de *imbrices* e de paredes de recipientes em cerâmica comum romana.

A unidade, cuja potência não foi possível averiguar, foi interpretada na altura como formação *in situ* de cronologia romana, pese embora esta leitura careça de mais robusta demonstração.

A partir da data de identificação do arqueossítio, procurámos aferir a área de dispersão de vestígios, que se confina aos espaços onde não estão presentes as edificações funerárias ou as vias de circulação interna do cemitério dos Prazeres, umas e outras pavimentadas a alcatrão ou calçada portuguesa, e que condicionam de sobremaneira o conhecimento do local. Ainda assim, em diversos pontos a norte e oeste daquele onde foi inicialmente reconhecida a ocupação da Antiguidade assinalaram-se pequenos e muito erodidos elementos de *imbrices* e de cerâmica comum que prefiguram uma área rondando os 600 m2, amostra insuficiente de uma dispersão de vestígios que poderá ser bem mais extensa. Fig. 6

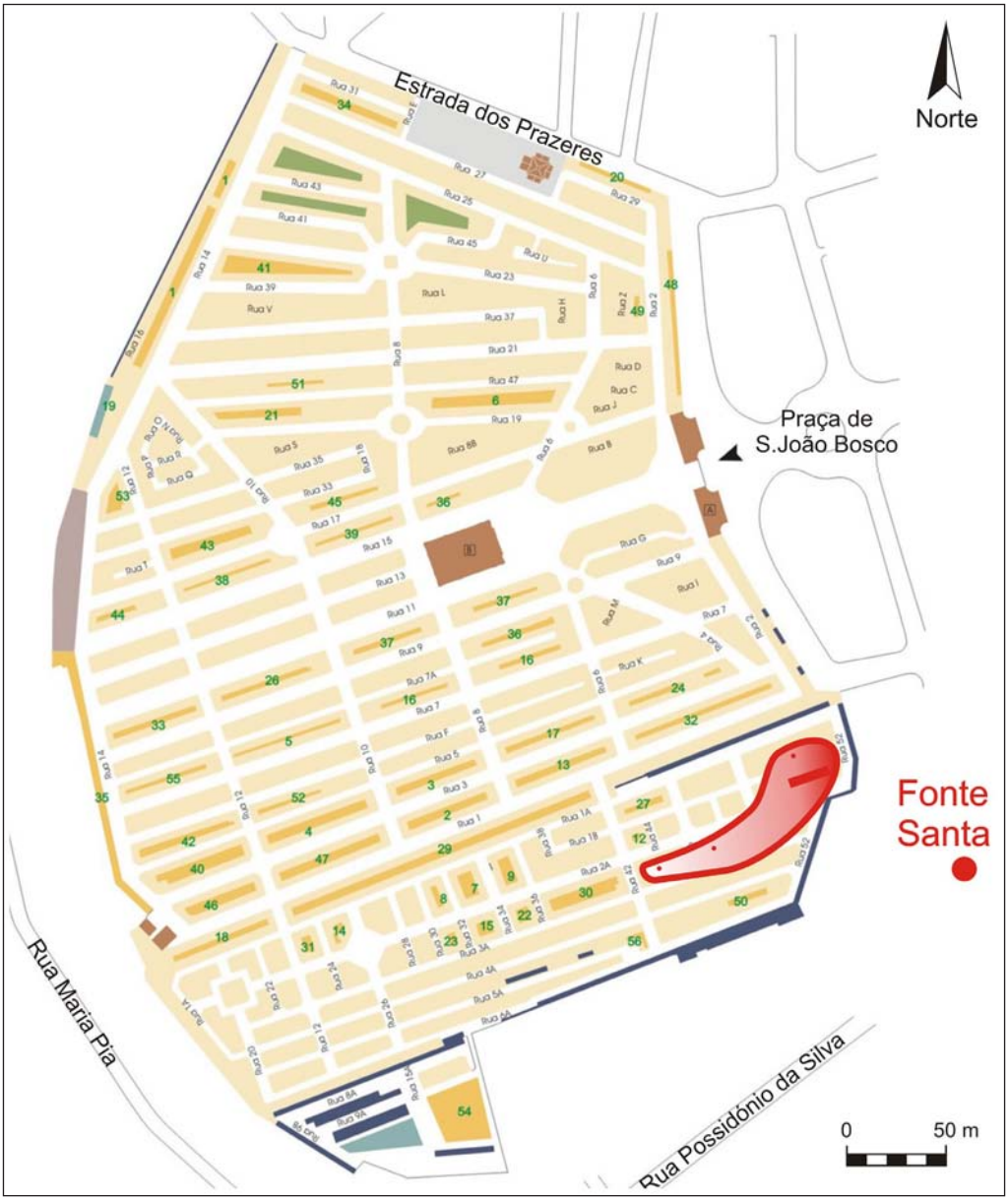


Figura 6
Área de dispersão de vestígios romanos no Cemitério dos Prazeres (Lisboa).

4.1. Cerâmicas Finas Romanas (Figura 7)

No conjunto de cerâmicas finas recolhido nos Prazeres documenta-se um fragmento de cerâmica campaniense, sendo o restante integrável na "família" da *terra sigillata*, elementos materiais que comprovam no seu todo uma amplitude de ocupação do local entre os séculos II/I a.C. e o IV/ V d.C., pelo menos.

O n.º **1** equivale a um fragmento em produção etrusca de Campaniense B da forma Lamboglia 4, onde o pé é oco. Encerra uma cronologia que se espraia ao longo dos séculos II e I a.C., muito embora para o caso lisboeta as datas se devam centrar a partir dos momentos da conquista de 138 a.C. e até aos meados do séc. I a.C., pelo mais.

Os números **2** e **3** equivalem a fragmentos do fundo de prato que, pelas características do fabrico apontam uma origem em de La Graufesenque ou seu círculo. A modelação da parede, ainda delicada, fá-los afastarem-se dos modelos mais correntes na fase final da grande difusão

do centro sud-gálico, situável entre Domiciano e Trajano. Ambos mostram uma canelura na face interna do pé, sendo que **3** é classificável como uma forma Drag. 18 de tamanho mediano.

A *sigillata* clara africana domina a amostragem entre as "cerâmicas finas" romanas, com um equilíbrio entre os fabricos A e os mais tardios, em D. O n.º 4 documenta a forma Hayes 14A, o que lhe vale uma cronologia situada entre os finais do séc. II e os inícios do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: pág. 159). Os números 8 e 9, em D, equivalem a duas espécies diferentes do tipo Hayes 59, situáveis entre os finais do 1º quartel do séc. IV e igual segmento do século seguinte (HAYES, 1972).

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
1	Camp. B	Etrúria	Lamboglia 4	fundo		Praz.-18
2	TSSG	La Gra.	Prato	fundo	35?-90? d.C.	Praz.8
3	TSSG	La Gra.	Drag.18	fundo	35?-90? d.C.	Praz.17
4	TSCAf. A	Tunísia	Hayes 14A	bordo	fim II-in. III d.C.	Praz.9
5	TSCAf. A	Tunísia	Indet.	parede	fim I-III d.C.	Praz.28
6	TSCAf. A	Tunísia	Indet.	parede	fim I-III d.C.	Praz.29
7	TSCAf. A	Tunísia	Indet.	parede	fim I-III d.C.	Praz.35
8	TSCAf. D	Tunísia	Hayes 59	bordo	320-420 d.C.	Praz.34
9	TSCAf. D	Tunísia	Hayes 59	parede	320-420 d.C.	Praz.33
10	TSCAf. D	Tunísia	Indet.	fundo	-	Praz.36
11	TSCAf. D	Tunísia	Indet.	parede	-	Praz.2
12	TSCAf. D	Tunísia	Indet.	parede	-	Praz.49

4.2. "Cerâmica Cinzenta"

Somente um fragmento deste grupo regional foi identificado no local, um elemento de pequena dimensão, inclassificável. Por comparação com as produções da Idade do Ferro, o pouco polimento da parede externa e a mais elevada percentagem de elementos não plásticos remete com probabilidade o exemplar para o período alto-imperial, onde estas produções parecem ter conhecido presença significativa ainda nos principados de Cláudio e de Nero (SILVA, 2015, 2018), desconhecendo-se no momento se ultrapassam estas cronologias.

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
13	CCinz	Regional	Indet.	parede	Séc. I d.C. ?	Praz.39

4.3. Ânforas (Figura 7)

O material anfórico dos Prazeres, a despeito da sua escassez, documenta grande diversidade de proveniências, estando representados fabricos itálicos do Tirreno (Dr. 1 ?), lusitanos (Lusitana

3, Almagro 50 e Dressel 14?), béticos (Guadalquivir- Dressel 20) e norte-africanos (da Tunísia actual), cobrindo um espectro máximo de entre finais do séc. II a.C. e o séc. IV d.C.

O fragmento **15** da ânfora oleária bética Dressel 20 mostra um morfologia que se enquadra no grupo de perfis do bordo que Stephanie Martin-Kilchner (1983: pág. 341, fig. 3) classificou como de data antonina.

16, por seu turno, enquadra-se na morfologia de fundos de várias morfologias de ânforas tunisinas datáveis entre os finais do século II e o IV d.C., como a Africana IIA, IIB, IIC, IID, Keay 25.1, 25.3, etc… (BONIFAY, 2004: pág. 107 e segs.). É por conseguinte arriscado assignar o exemplar a um modelo específico.

O bordo **17** equivale ao tipo Lusitana 3. Trata-se de um tipo anfórico cujos contornos cronológicos permanecem ainda não totalmente delimitados (QUARESMA e RAPOSO, 2014): embora Dias Diogo (1987[1991]), o investigador que primeiro definiu o tipo, situe o início do fabrico ainda no séc. I d.C., este entendimento não se encontra para já suportado por contexto seguro com uma datação tão recuada; em sentido oposto, um final de produção no terceiro quartel do séc. III d.C., definido a partir de contextos de centros produtores taganos, contrasta com estratigrafias muito bem definidas já do último quartel do mesmo século, onde a morfologia parece estar ainda bem representada (por exemplo SILVA e VALONGO, 2016).

18 corresponde a um fabrico lusitano da Almagro 50, documentado quer no Tejo quer no Sado.

19 corresponde a um testo com pasta tagana. Recentemente, o achado de um exemplar similar a fechar uma ânfora Dressel 14 na Praça D. Luis (Lisboa- PARREIRA e MACEDO, 2016) sugere uma associação deste tipo de opérculo a este modelo anfórico. Na realidade, as dimensões do testo como o recolhido nos Prazeres não se adaptam a alguns modelos lusitanos, como as Lusitana 3, Almagro 51a-b ou 51c, que assim se excluem do quadro, mas restam vários outros para além da Dressel 14 onde a solução de fecho com recurso a opérculo cerâmico poderá ter sido adoptada.

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
14	Itálica	Campânia	Dressel 1 ?	parede	c.140-c.40 a.C	Praz.48
15	Bética	Guadalq.	Dressel 20	Bordo		Praz.4
16	Africana	Tunísia	Indeterm.	fundo	Séc.II-IV d.C.	Praz.1
17	Lusitana	Tejo	Lusitana 3	bordo	Séc.II-III d.C.	Praz.32
18	Lusitana	Tejo	Almagro 50	bordo	Séc.III-IV d.C.	Praz.31
19	Lusitana	Tejo	Testo	pág.compl.	Séc.I-III d.C.	Praz.3

4.3. Cerâmica comum da Idade do Ferro e Romana (Figura 8)

A classe de produções oleiras de uso quotidiano recuperada no local ilustra formas associadas à preparação de alimentos, sua conservação e consumo. Estão presentes em fabricos regionais de panelas/potes, potinhos/pucarinhos, bilhas, jarros, taça, bacia, e testo.

Quatro exemplares (**20-23**) se destacam do remanescente conjunto citado, por mostrarem características que se conectam com momentos mais recuados da produção

oleira, o que comporta significativas implicações cronológicas para a leitura do sítio. De facto, quer a modelação quer o fabrico destes elementos é, ou radica, em tradições regionais bem mais ancestrais, sidéricas, sendo manifesta a diferença no tratamento das pastas, no caso bem mais depuradas. Acresce que, no caso de **20**, parece não oferecer dúvidas que a morfologia do bordo é coincidente com a da empregue para a produção regional de algumas ânforas na Idade do Ferro (SOUSA, 2011; PIMENTA e SOUSA, 2014): trata-se, todavia, de um exemplar de muito pequenas dimensões, pelo que deverá equivaler outrossim a um pote, e, por outro lado, o desconhecimento sobre as cerâmicas comuns regionais elaboradas no lapso de entre o século II a.C. e os meados do seguinte é ainda significativa, pelo que se não pode excluir a sua atribuição ao período republicano romano. O mesmo comentário merecem os dois potes **21** e **22**, que tanto podem equivaler a elaborações ainda sidéricas como inclusive já do Império Romano, comentário extensível à taça que ostenta dois orifícios junto do bordo (**23**): como recentemente se demonstrou a propósito do contexto de data cláudia da Rua dos Remédios (Lisboa), os modelos de recipientes de forte tradição oleira regional ainda circularam no Vale do Tejo durante a primeira dinastia do Principado, pelo menos, e apesar de minoritários eram correntes a par dos mais numerosos protótipos já de declarada matriz itálica (SILVA, 2015).

Entre os elementos já de plena cronologia romana imperial sobressai 24, um fragmento de taça que mostra uma pasta de origem aluvionar, de coloração rosa claro e cerne cinzento, dura e muito depurada, contendo pequeníssimas moscovites, sem qualquer revestimento mas de muito bom acabamento polido. Pela modelação do pé e sua configuração geral, não somente parece aproximar-se de modelos análogos em *terra sigillata* sud-gálica como antes reproduz fielmente a sua taça Drag.29 em todos os detalhes da modelação do pé (incluindo a frequente canelura interna) e na forma de distinção entre o fundo da peça e a parede. Não mostrando a pasta as habituais características das produções dos vales do Tejo e do Sado, poderá tratar-se de uma elaboração oleira exógena a estas áreas, não se tendo conseguido repertoriar paralelo. Até por contraste, 25 mostra a provável inspiração nos tipos de pé da *sigillata* alto-imperial numa elaboração regional tagana, deles se distanciando pelo pormenor da modelação do pé de prato.

Assoma também com interesse peculiar **26**, um exemplar que imita um tacho em «Cerâmica Africana de Cozinha», aproximando-se dos tipos Hayes 197 ou Óstia II-312 (BONIFAY, 2004: pág. 223-225; HAYES, 1972). É com esse fundamento que se lhe atribui uma datação de entre os finais do séc. II e os inícios do IV d.C.

Um pequeno fragmento de forma fechada (**27-** não ilustrado), possivelmente de um potinho ou pucarinho, apresenta a pasta calcária de tonalidades amarelo-esbranquiçadas típica da vizinha província da Bética.

28 a **42** equivalem às diversas produções regionais de loiça de uso doméstico, ligadas ao consumo e armazenamento alimentar e de água. Dotados, na maioria dos casos, de diacronias longas dentro do período imperial, merece referência a taça **39**: trata-se de morfologia ausente dos contextos alto-imperiais e que está bem documentada em contextos romanos tardios, dos séculos IV aos meados do V d.C., nomeadamente em Lisboa na cerâmica associada ao abandono da cetária da Rua dos Fanqueiros n.ºs 68-76 (DIOGO e TRINDADE, 2000) ou no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (onde Carolina Grilo prefere a designação de prato - GRILO, 2017).

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
20	Id. Ferro	Regional	pote	bordo		Praz.25
21	Id. Ferro	Regional	pote/Pythos	fundo		Praz.15
22	Id./Trad.I.Fe	Regional	pote	bordo		Praz.16
23	Id./Trad.I.Fe	Regional	taça	bordo		Praz.3
24	Imit.TSSG	Desconh.	taça (Drag.29)	fundo	c.50-90 d.C.	Praz.20
25	Imit.CAC	Regional	tacho	ombro	Fim II-IV d.C.	Praz.24
26	Imit.TS ?	Regional	prato	fundo		Praz.5
27	Bética	Bética	potinho ?	parede		Praz.22
28	CCTag	Regional	pucarinho	bordo		Praz.19
29	CCTag	Regional	potinho/Pucar.	bordo		Praz.10
30	CCTag	Regional	potinho/Pucar.	asa		Praz.12
31	CCTag	Regional	potinho/Pucar.	asa		Praz.26
32	CCTag	Regional	jarro	bordo		Praz.27
33	CCTag	Regional	bilha	asa		Praz.14
34	CCTag	Regional	bilha	asa		Praz.23
35	CCTag	Regional	pote/panela	bordo		Praz.30
36	CCTag	Regional	pote/panela	bordo		Praz.11
37	CCTag	Regional	pote/panela	bordo		Praz.7
38	CCTag	Regional	pote/panela	fundo		Praz.21
39	CCTag	Regional	taça	fordo	Séc.IV-V d.C.	Praz.6
40	CCTag	Regional	bacia	bordo		Praz.13
41	CCTag	Regional	Indeterm.	fundo		Praz.37
42	CCTag	Regional	testo de dólio	bordo		Praz.38
43	OI,Constr.	Regional	tegula	rebordo		Praz.40
44	OI.Constr.	Regional	tegula	rebordo		Praz.41
45	OI.Constr.	Regional	imbrex	rebordo		Praz.42
46	OI.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.43
47	OI.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.44
48	OI.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.45
49	OI.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.46
50	OI.Constr.	regional	imbrex	parede		Praz.47

4.4. Olaria de construção (Figura 7)

Embora esteja presente no sítio de forma maioritária, a olaria de construção apresenta-se muito fragmentária, sendo predominantes os *imbrices* (recolhidos cinco fragmentos), com espessuras médias em torno de 1,8 cm, e ocorrentes os *lateres*, neste caso sem formatos discerníveis, com espessuras em torno dos 3 cm.

Também se recolheram dois fragmentos de rebordo de *tegula*, podendo esta circunstância assumir alcance cronológico: de facto, e a despeito da temática estar muito insuficientemente tratada na região, parece sintomático que no único contexto de colapso de telhado tardo-romano divulgado que conhecemos daqui, identificado no interior de uma cetária na Rua dos Fanqueiros (Lisboa) e datado dos meados do século V d.C., publicado por Dias Diogo e Laura Trindade (2000), os *imbrices* sejam ali exclusivos. Significará isto que cerca, ou até este período, cessou o fabrico das *tegulae* nas olarias regionais? Figs. 7-8

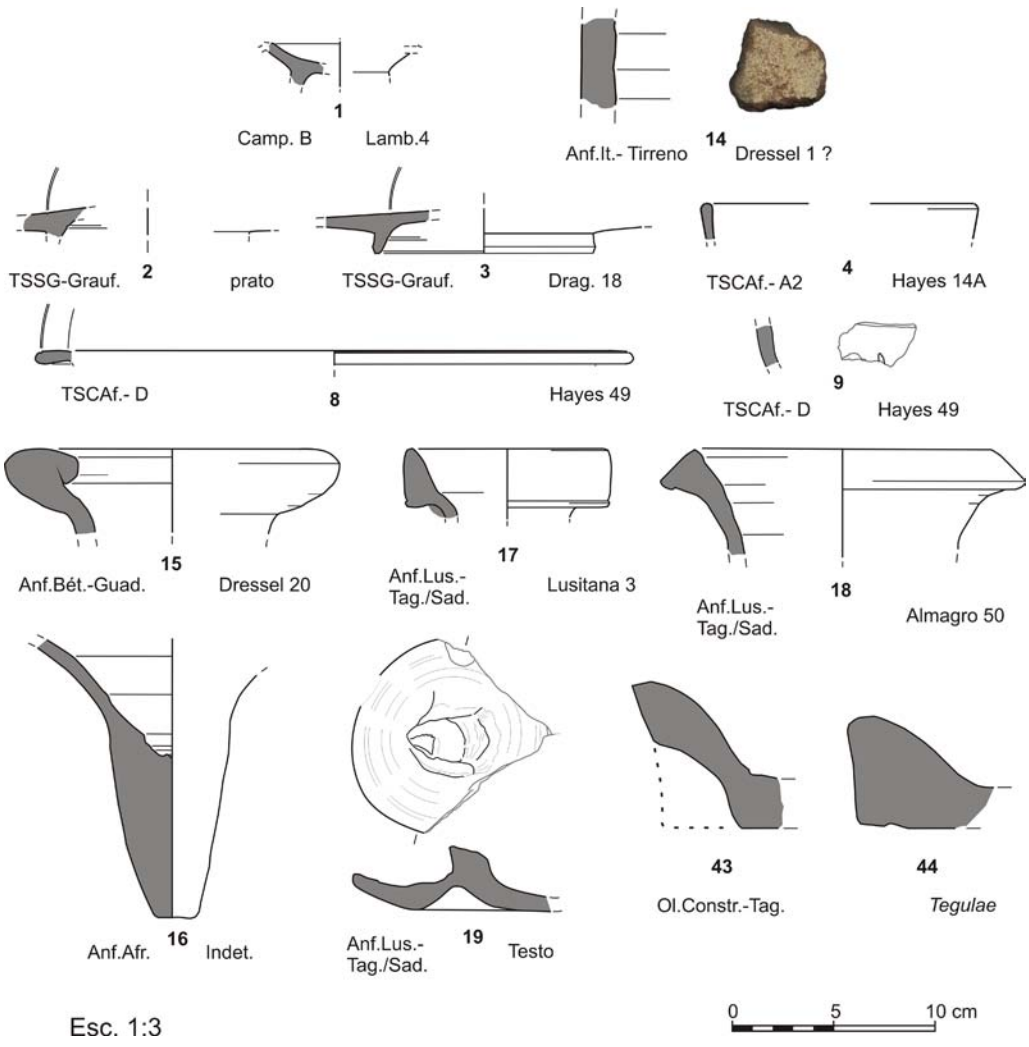


Figura 7
Cerâmica de verniz negro (1), terra sigillata (3-4; 8-9), ânforas (15-19) e olaria de construção (43-44) do sítio romano dos Prazeres (Lisboa).

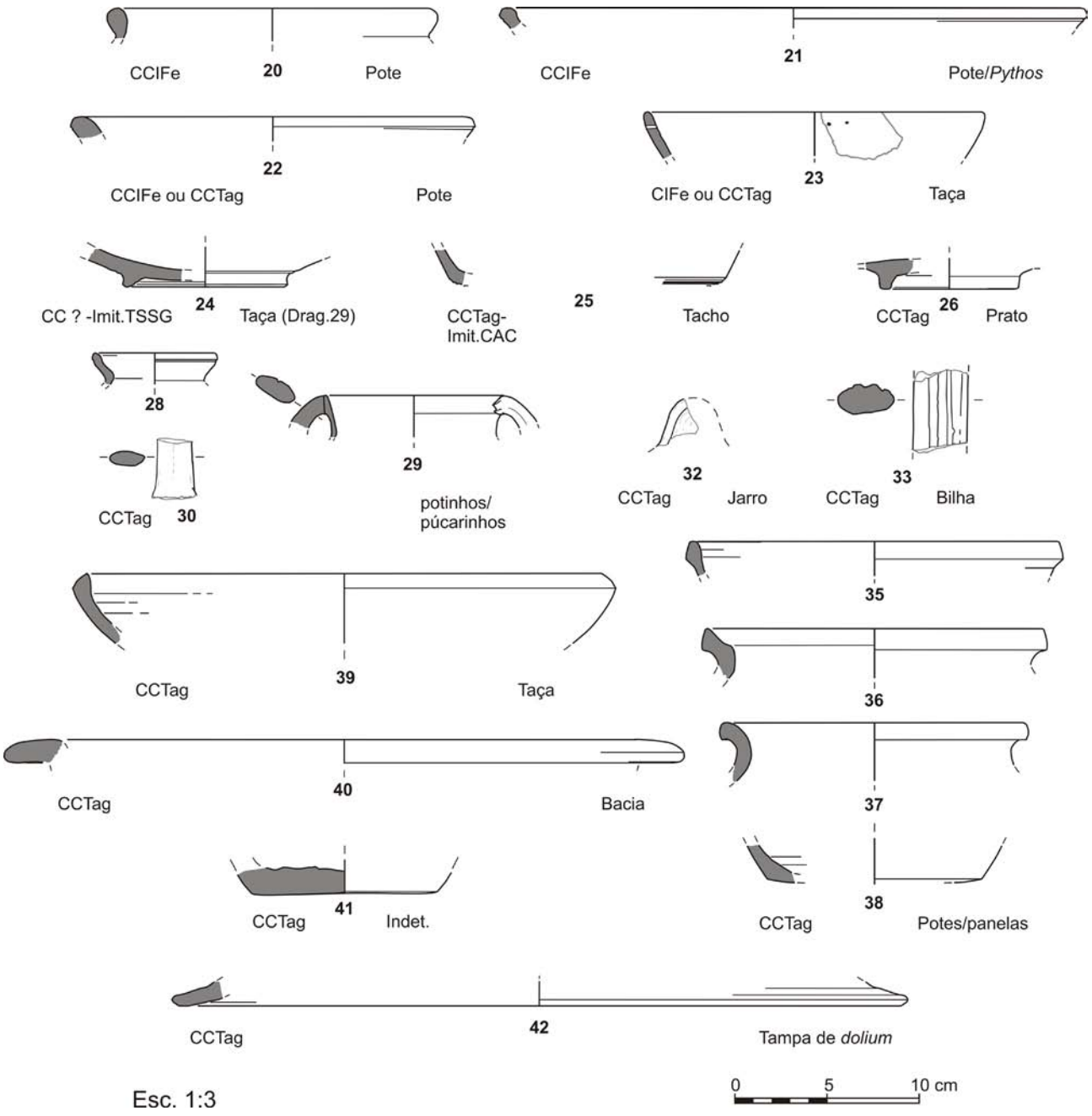


Figura 8
Cerâmica comum da Idade do Ferro e/ou de tradição da Idade do Ferro (20 a 23) , imitações (24-26) e cerâmica comum romana do Tejo (28-42) do sítio romano dos Prazeres (Lisboa).

4.5. *Opus tesselatum*

Este tipo de aparelho de época romana, elaborado sobretudo para a pavimentação, está apenas atestado por elementos soltos de côr branca (calcários) e preta (basaltos), sendo obviamente impossível assim discernir os padrões decorativos originais. De qualquer das formas, e em função do conhecimento actual sobre a musivária olisiponense (CAETANO, 1997, 2006), será de salientar-se a ausência de tesselas de outras colorações bem nos *agri olisiponenses*, nomeadamente na gama dos vermelhos, ocres e castanhos, designadamente

Figura 9
Tesselas do sítio romano dos Prazeres (Lisboa).

nos espaços dominiais das *uillae* dos séculos III d.C. e ulteriores. Pode, portanto, colocar-se a hipótese de a cronologia do(s) mosaico(s) se situar no século II d.C., ou não o ultrapassar em muito.

As tesselas recolhidas possuem dimensões variáveis, sendo predominantes aquelas com uma superfície em torno de 1x1 cm, em ambas as tonalidades, dado que somente em três dos dezasseis casos a superfície se cifra em c.1,5x1,5 cm, ocorrendo somente em branco.

5. Considerações finais

O sítio romano dos Prazeres corresponde a um assentamento cujas características podemos no momento apenas intuir, sendo provável a sua correspondência com uma unidade de exloração agrícola romana. A aplicação de um termo classificatório ao local terá, porém, de se considerar como prematura e aconselha especiais cautelas, sendo passível de ter encerrado outras funcionalidades, nomeadamente se se tiver em conta o carácter provavelmente sagrado do entorno, relacionado com o hipotético culto a *Nabia* denunciado pelo topónimo.

Ainda assim, os elementos colectados suscitam algumas reflexões sobre a dinâmica do povoamento romano disperso do espaço rural olisiponense.

Guilherme Cardoso, o investigador que mais se tem devotado ao conhecimento desta matéria na área da Península de Lisboa, supôs um aro de 5 Km de fraca densidade em torno da cidade de *Olisipo*, como confessa inspirado pelo modelo de Pierre Sillières defendido para *Emerita Augusta*, explicitando que esta fraca ocupação do espaço se deve-

ria à manutenção no foro das *res publica* dos territórios mais chegados ao centro urbano (CARDOSO, 2002).

O sítio romano dos Prazeres parece, à primeira vista, enquadrar-se na leitura de Cardoso, situando-se no extremo do aro daquela forma definido. Porém, e como a investigação tem sublinhado, este tipo de paisagem arqueológica deverá resultar muito mais do nosso desconhecimento motivado pela intensidade de ocupação urbana posterior de Lisboa, ocorrida desde momentos muito recuados, e da mais que provável ocultação e obliteração de muitos assentamentos de cronologia romana (ALARCÃO, 1994; FABIÃO, 1994; RIBEIRO 1994; CARDOSO 2002, entre muitos outros). A sugeri-lo está o achado de um tesouro de "moeda ibérica" na área da Estefânea, de uma lucerna em 1927 junto da antiga Faculdade de Veterinária (à Rua Gomes Freire; hoje no Museu Nacional de Arqueologia), de moedas do século IV d.C. no cabeço de Sete Moinhos, de epitáfios na Avenida Almirante Reis, Bela Vista e Ameixoeira, de dois outros e restos esqueléticos associados em Entrecampos, de uma necrópole extensa e um provável santuário rural (*fanum*) em Poço de Cortes-Olivais Sul, de uma outra necrópole extensa na área ferroviária de Santa Apolónia (que talvez explique nalguns aspectos parte dos elementos arquitectónicos e epigráficos agrupados no Mosteiro de Chelas), ocorrências de há muito referenciadas por Vieira da Silva (1945). As mais recentes intervenções em Belém (FILIPE e FABIÃO, 200672007; FILIPE, 2011), na Rua do Passadiço (a Santa Marta), por Alexandre Sarrazola, como em data bem mais recente em Santa Joana e em Santa Marta, por Artur Rocha (agradece-se aqui publicamente a ambos os investigadores a autorização de as referir), vêm comprovar a muito maior densidade de ocupação do espaço rural mais chegado à cidade, e que, por consequência, a paucidade de vestígios no aro dos ditos 5 Km, entendido como "território próximo", é muito mais aparente do que real. Será neste quadro que se deverá compreender a ocupação romana que agora se trata.

De entre o conjunto de dados identificados nos Prazeres destacam-se, pela sua segura antiguidade, os fragmentos de campaniense B e de ânfora itálica do Tirreno, que remetem para cronologias anteriores aos meados do séc. I a.C., pelo menos. Trata-se de elementos isolados, a que se juntam outras cerâmicas do local mas de mais controversa datação, que se vêm juntar a uma panóplia de diversas ocorrências encontradas em similares circunstâncias em escavações ou prospecções de sítios localizados na Península de Lisboa (CARDOSO, 2002; SILVA, 2012). Mas, se a título individual cada uma destas ocorrências descontextualizadas pouco significará, perspectivadas no seu conjunto elas compaginam um padrão, informação a que se terá de atribuir o devido significado…

Limitando-nos à parte mais meridional da Península de Lisboa, o conjunto dos locais onde se assinalou a presença de cerâmica campaniense, ânforas, cerâmica cinzenta fina de período romano republicano ou projécteis de funda em chumbo, datáveis genericamente dos finais dos séculos II e do I a.C., inclui os arqueossítios de Outeiro, Freiria (Cascais) (Campaniense indeterminada- CARDOSO, 2002: pág. 62), Leião (Campaniense- CARDOSO, 2011: pág. 132-134), Oeiras (Oeiras- fundo de ânfora Maña C2b- CARDOSO, 2002: pág. 48; CARDOSO e CARDOSO, 1993; GOMES, CARDOSO e ANDRÉ, 1996), Cabanas de São Marcos, Armez (CARDOSO, 2002: pág. 76), Ermidas (Campaniense B- Idem: pág. 78), Funchal ("imitação de campaniense"- Idem: pág. 79), Granja dos Serrões (Campaninense A- Idem), Lugar do Marcador ("imitação de campaniense"- Idem: pág. 80), São Miguel de Odrinhas (Campaniense.-Idem) (Sintra), Unhos (Loures- cerâmica cinzenta com decoração em retícula brunida- SILVA e SANTOS,

2009: pág. 26), Raimona (Mafra- três glandes de chumbo- CARDOSO, 2002: pág. 93), Moinho da Atalaia (Amadora- Campaniense A e B- PARREIRA e PINTO, 1978) e Belém (Lisboa- campanienses- FILIPE, 2011: pp. 87 e 93; FABIÃO e FILIPE, 2006/2007). A esta longa lista poderíamos porventura acrescentar os sítios cascalenses do Alto de Caparide (CABRAL *et al.*, 2002), Tires (CARDOSO, 2002: pág. 64) e Miroiço (Idem: pág. 67), onde a despeito da ausência conhecida de materiais datáveis das duas centúrias antes da Era se documenta a sobreposição de uma presença romana do período imperial a uma anterior, da Idade do Ferro, o que pode sugerir uma continuidade de ocupação nos locais, mesmo que relativa.

O conjunto dos dados configura a já antes assinalada antiguidade dos sítios rurais romanos dos *agri olisiponenses* (ALARCÃO, 1994), que encontra aqui a sua devida expressão material. A amplitude do fenómeno sugere traduzir uma transição pacífica para o mundo romano, presumida (e bem) por João Luís Cardoso como "*sem grandes sobressaltos e tensões sociais*" (CARDOSO, 2011: pág. 123). A epigrafia da região, sobretudo objecto de estudos de maior fôlego por José Cardim Ribeiro (1981, 1982-83, 1994, 2000), mas de igual modo de José D´Encarnação e, em especial, Amílcar Guerra (2002, 2003), deixam transparecer um panorama onde as aristocracias locais são dominantes, onde se promoveram políticas de aliança internas e com elementos recém-chegados itálicos ou outros indivíduos altamente romanizados, leitura histórica denunciada pela onomástica documentada na epigrafia pétrea, conferindo assim maior verosimilhança à perspectiva regional de João Luís Cardoso antes enunciada.

Porém, a um nível arqueológico regista-se o caso de Moinho da Atalaia, sítio sidérico que se interrompe antes do advento do Principado. A ruptura singular verificada neste local poderá ter todavia ter correspondência mais ampla no registo arqueológico, designadamente nas sequências de locais permanentemente ocupados, pois nos poucos casos minimamente escavados de onde se conhecem estruturas anteriores à Época Imperial Romana, como Freiria (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1999; CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 2013), Alto de Caparide (CABRAL *et al.*, 2002), Oeiras (GOMES, CARDOSO e ANDRÉ, 1996) e Quinta da Bolacha-Monte do Castelinho (ENCARNAÇÃO e DIAS, 2015 e 2017: pág. 174; ENCARNAÇÃO *et al.*, 2016), a que se deverá acrescentar Tapada da Ajuda, a descontinuidade construtiva e/ou locativa é manifesta, sendo contudo difícil avaliar o seu real significado a partir da escassez dos dados ou das dificuldades que impõe a sua interpretação.

Estamos, portanto, longe de ter à disposição os elementos necessários que nos permitam discernir se se verificou a apropriação por elementos exógenos de espaços fundiários ao longo do primeiro século de dominação romana, afigurando-se como pláusível que esta, a ter ocorrido, não o foi de forma generalizada na totalidade do território.

A partir das etapas imperiais, os sítios dos *agri*, de que Prazeres será um caso, revelam elevada vitalidade económica a que deverá corresponder uma muito maior intensidade na exloração dos recursos naturais. Através das suas evidências materiais, os locais da esfera rural olisiponense manifestam a sua inserção plena nas redes de comércio estabelecidas após o séc. I a.C. No caso presente, a diversidade de origens e cronologias das importações cerâmicas, patentes numa amostragem quantitativamente limitada e colectada em circunstâncias muito condicionadas, sugerem a capacidade aquisitiva pela comunidade respectiva, o que pode implicar um papel portuário complementar para a foz da Ribeira de Alcântara em Época Romana Imperial.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (1994) – Lisboa romana e visigótica. In Arruda, A.M. (coord.). *Lisboa Subterrânea.* Catálogo. Lisboa, p. 58-63.

AMARO, C. (1985) – Necrópole Romana da Tapada da Ajuda-1982. *Informação Arqueológica*. Lisboa, 5, p. 84-86.

BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d´Afrique*. British Archaeological Reports, International Series, n.º1301. Oxford. Archaeopress.

CABRAL, J.P.; CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J.D´; NIEUWENDAM, L. (2002)- Sondagens em Caparide". *Al-Madan*. Almada, II Série, n.º 11, p. 6.

CAETANO, M.T. (1997) – *Estudo sobre a musivária romana da antiga Olisipo e da «ZonaW» do ager (Dissertação de Mestrado em História da Arte)*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

CAETANO, M.T. (2006) – Mosaicos de *Felicitas Iulia Olisipo* e seu *ager*. R*evista de História de Arte*. Lisboa, n.º 2, pp. 24-36.

CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização do Ager Olisiponensis (Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo presentado por Guilherme Cardoso bajo la Dirección del Prof. E. Cerrillo M. De Cáceres)*. Cáceres. Universidad de Extremadura / Departamento de Historia / Área de Arqueología (policopiado).

CARDOSO, G., AMARO, C. e BATALHA, L. (2017) – O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan on-line*. Almada, 22-1, p. 35-40.

CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J.D´ (1999) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na *Villa* Romana de Freiria Norte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. *Volume Especial*, II, p. 741-757.

CARDOSO, G. e ENCARNACAO, J.D' (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria-Cascais. *CIRA-Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 133-181.

CARDOSO, J.L. R, J.S., M.J., CARREIRA, J.R. (1986) – A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa-Revista Municipal*. Lisboa, 2ª Série, n.º 15, p. 3-18.

CARDOSO, J.L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. Vol. 34, p. 33 – 74.

CARDOSO, J.L. (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras do Paleolítico Inferior Arcaico ao séc. XVIII*. Catálogo. Oeiras. Câmara Municipal.

CARDOSO, J.L. (2015) – Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Firenze, n.º 65, p. 149-170.

CARDOSO, J.L. e CARDOSO, G. (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, n.º4.

CARDOSO, J.L. e SILVA, I.M. da (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7-I, p. 227-271.

DIOGO, A.M.D. (1987[1991]) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. Vol. 5, p. 179-191.

DIOGO, A.M.D. e TRINDADE, L. (2000) – Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 3-1, p. 181-196.

ENCARNAÇÃO, G.; DUARTE, C. (1999) – *A Necrópole Paleocristã do Casal de São Brás.* Relatórios 5. Amadora. ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.

ENCARNAÇÃO, G. e DIAS, V. (2015) – *Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir*. Catálogo. Amadora: Câmara Municipal.

ENCARNAÇÃO, G. [et al.] (2016) – *Moinho do Castelinho. Trabalhos arqueológicos realizados entre 2011 e 2015*. Relatórios, 9. Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.

ENCARNAÇÃO, G. e DIAS, V. (2017) – Estado atual do conhecimento acerca do povoamento em Época Romana na Amadora. *Arqueologia em Portugal 2017. Um Estado da questão.* Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 171-183.

ENCARNAÇÃO, J.D' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FABIÃO, C. (1994) – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penelope-Ler e Desfazer a Historia*. Lisboa. N.º 13, p. 147-162.

FILIPE, I. e FABIÃO, C. (2006/2007) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. *Arqueologia & Historia*. Lisboa. N.º 58/59, p. 103-118

FILIPE, I. (2011) – *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana (Dissertação de Mestrado em Arqueologia).* Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

GOMES, M.V., CARDOSO, J.L. e ANDRÉ, M.C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, n.º 6, p. 367-406.

GRILO, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa, p. 254-271.

GUERRA, A. (2002) – *Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. Vol. 5-1, p. 147-159.

GUERRA, A. (2003) – Algumas Notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes. *In* A.R. Santos, N.S. Rodrigues, T. Kuznetzova-Resende e A. Guerra (coord.). *Mundo Antigo Economia Rural*. Lisboa, p. 123-150.

HAYES, J.W. (1972) – *Late Roman Pottery.* Londres. British School at Rome.

MARTIN-KILCHNER, S. (1983) – Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d´Augst (*Colonia Augusta Rauricorum)* et Kaiseraugst (*Castrum Rauracense).* Un rapport préliminaire. J.M. Blázquez Martínez e J. Remesal Rodríguez (coord.), *Producción y Comercio del Aceite en La Antiguidad- II Congreso Internacional (Sevilla, 24-28 de Febrero 1982)*. Madrid. Universidad Complutense, p. 337-347.

MEIRA, C. (2015) – *As necrópoles alto-medievais do concelho de Cascais (Séculos VI e VII) (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

PARREIRA, R. e PINTO, C.V. (1978) – Contribuição para o Estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do Estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1, p. 147-163.

PARREIRA, J. e MACEDO, M. (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse Ware from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). I.V. Pinto, R.R. Almeida e A. Martin (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. RLAMP- Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford. Archaeopress, p.167-172.

QUARESMA, J. C. e RAPOSO, J. (2014) – Ficha Lusitana 3 (Lusitania occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo* (amphorae.icac.cat), 16 Enero 2014. http://amphorae.icac.cat/es/tipologias?task=idxgeo-lo.

REIS, S.H. dos (2017) – *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

RIBEIRO, J.C. (1982-1983) – Elementos histórico-epigráficos em torno da figura de L.IVLIVS MAELO CAVDICVS. *Sintria*. Sintra, vol. I-II, p. 151 – 476.

RIBEIRO, J.C. (1983) – Contributos para o conhecimento de cultos de devoção de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense. *Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa, 3ª Série, n.º 89 (1), p. 331-369.

RIBEIRO, J.C. (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo* – Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-Madan*. Almada. II série. N.º 3, p.75-95.

RIBEIRO, J.C. (2000) – Antroponíma e helenização cultural na Hispânia romana. *In* M.C. Hipólito, D.M. Metcalf, J.M.P.Cabral, M. Crusafonte, M.I. Sabater (coord.). *Homenagem a Mário Gomes Marques*. Sintra, Instituto de Sintra, p. 419-454.

RODRIGUES, M.C. (1994) – Nota sobre uma escultura romana da Ajuda-Lisboa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (20, 21 e 22 de Maio de 1993)*. Lisboa. Vol. 2, p. 253-260.

SILVA, A.R. e SANTOS, S.P. (2009) – Acompanhamento de obra revela eventual *Vill*a e Assentamento Proto-histórico (Via T5- Unhos a Sacavém) Loures. *Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em Território Português, Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em Território Português, realizadas entre os dias 3 e 6 de Março de 2008*. Lisboa, Centro Português de Geo-História e Arqueologia, p. 13-27.

SILVA, A.V. da (1942) – A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças. Notícia histórica. *Olisipo*. Lisboa. Ano V. N.º 18, p. 63-95.

SILVA, A.V. da (1945) – *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a História da Lisboa romana).* Lisboa: Câmara Municipal.

SILVA, J.P. (1879) – Sepultura da Idade da pedra descoberta na Real Tapada da Ajuda. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e dos Archeólogos Portugueses*. Lisboa. II Série. N.º11. Tomo 2.

SILVA, R.B. da (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

SILVA, R.B. (2015) – O contexto alto-imperial da rua dos remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. *Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses,* n.º1. Lisboa, p. 41-67.

SILVA, R.B. (2018) – La facies cerámica de *Olisipo* (Lisboa) en el período julio-claudio: una primera aproximación a partir de contextos suburbanos seleccionados. *In* P. Ruiz Montez, M.V. Peinado Espinosa e M.I. Férnandez García (eds.), *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica.* RLAMP- Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 11. Oxford, Archaeopress, p.3-31.

SILVA, R.B. e VALONGO, A. (2016) – A Urbanística do Subúrbio Ocidental de Felicitas Iulia Olisipo (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. N.º 5, p. 116-148.

SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. Morais, R., Fernández, Sousa, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso Internacional de la SECAH – Ex officina Hispana (Braga, de 3 a 6 de Abril de 2013)*. Porto, vol. 1, p. 303- 316.

VASCONCELOS, J.L. de (1988 [1905]) – Religiões da Lusitânia (2ª Ed.). Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol.II.